

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.
CNPJ nº 07.387.241/0001-60
NIRE nº 35300152573
Companhia Aberta



**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em
24 de novembro de 2000**

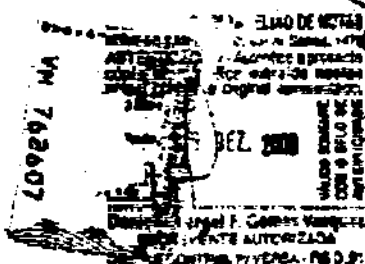
Às 10:00 horas do dia 24 de novembro de 2000, na sede social da Companhia, reuniu-se a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

CONSIDERANDO que a Comissão de Valores Mobiliários apresentou, em data de 23 de novembro de 2000, exigências com relação às deliberações tomadas pelo Conselho de Administração em sua reunião de 13 de outubro de 2000, **RESOLVEM**, por unanimidade, no uso da delegação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de novembro de 2000, **COMPLEMENTAR** as deliberações da Reunião do Conselho de Administração retromencionada, na forma seguinte (os termos empregados nesta ata têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na ata da Reunião do Conselho de 13 de novembro de 2000): (i) **Apuração da Taxa DI**. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às debêntures da Taxa DI, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o agente fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para a deliberação, de comum acordo com a Companhia, e no prazo máximo de 30 (trinta) dias, do novo parâmetro de remuneração das debêntures. Caso não haja acordo entre os debenturistas e a Companhia na Assembleia, as debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade pelo seu saldo do valor nominal não amortizado acrescido da remuneração devida até 10 (dez) dias úteis após a data de realização da referida Assembleia de Debenturistas, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da remuneração. Na ausência de critério legal, a remuneração a que as debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última remuneração publicada e a data da aludida Assembleia será a Taxa DI média dos 60 (sessenta) dias anteriores a extinção ou vedação legal da Taxa DI; (ii) **Vencimento Antecipado**. O agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da presente emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia ou por sua fiadora, independentemente de qualquer aviso ou notificação, na ocorrência dos seguintes eventos: I. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia ou sua fiadora, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou a constituição da Companhia ou de sua fiadora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por erro ou má fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, ou de qualquer forma elidido pela Companhia na primeira oportunidade processual cabível, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis de sua ocorrência; II. decretação de falência da Companhia ou de sua fiadora; III. pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia ou por sua fiadora; IV. falta de cumprimento pela Companhia de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 15 (quinze) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; V. decisão judicial transitada em julgado declarando o vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia ou de sua fiadora, em montante igual ou

superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, ou cujo montante poss. de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes desta emissão; VI. a alteração do controle acionário da Companhia ou de sua fiadora (exceto para qualquer pessoa que controle os controladores da Companhia ou de sua fiadora ou seja por eles controlada). Na hipótese prevista neste item, os debenturistas se reunirão em assembleia convocada especialmente para este fim, e o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas somente as Debêntures possuídas pelos debenturistas que se manifestarem favoravelmente a tal vencimento antecipado; VII. a alienação de ativos da Companhia ou de sua fiadora em montante igual ou superior a R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais). Na hipótese prevista neste item, os debenturistas se reunirão em assembleia convocada especialmente para este fim, e o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas somente as Debêntures possuídas pelos debenturistas que se manifestarem favoravelmente a tal vencimento antecipado; VIII. distribuição de dividendos enquanto não liquidadas as obrigações referentes às Debêntures, exceto se houver provisionamento dos juros remuneratórios e amortização para o ano subsequente, atendidas ainda as demais obrigações financeiras estabelecidas nesta Escritura de Emissão; e IX. demais casos previstos na escritura de emissão ou em lei. Na ocorrência do vencimento antecipado, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do valor nominal não amortizado, acrescido da remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão ou a data do último pagamento da remuneração até a data do seu efetivo pagamento que deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo agente fiduciário à Companhia através de carta protocolada no endereço constante da Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento de (a) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e (b) multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, achada conforme, e assinada por todos os Conselheiros. (Ass.) Tarcísio Schettino Ribeiro, Presidente; Alexandre Behring Costa, Barry Thomas Ulrich, Luiz Kaufmann, Marcelo Pereira Lopes de Medeiros, Riccardo Arduini e Sérgio Pedreira, Conselheiros.

São Paulo, 24 de novembro de 2000.

Confere com o original lavrado em livro próprio.



Ronaldo Dias Pinheiro
Secretário

Ronaldo Dias Pinheiro
OAB/RJ 19.553
Visto do Advogado

